

Eqüidade social e risco país

19 OUT 2001

Econômico Brasil

MARCELLO AVERBUG

Ecompreensível a ênfase que os governos de grande parte da América Latina, como os da Argentina e do Brasil, dedicam aos impopulares ajustes fiscais e à estabilidade monetária, pois: a) sem o combate ao déficit público, a economia seria sufocada pela volta da inflação e por níveis astronômicos de endividamento; b) o desequilíbrio nas contas governamentais reduz a capacidade de executar política econômica e social; c) a persistência do déficit afugenta os investidores externos e internos; d) o esforço saneador deveria ter começado muito tempo atrás; e) a volta da inflação abortaria o crescimento econômico.

Entretanto, após haver dedicado prioridade quase absoluta ao equilíbrio fiscal e monetário, com resultados nem sempre reconfortantes, chegou o momento de ampliar a ênfase na atenuação dos desequilíbrios sociais.

Depois de tantos anos de vigência do Real e, na Argentina, do Plano de Conversibilidade, continuar adiando a atribuição de maior destaque à redistribuição de renda levanta suspeitas quanto à solidez do presente cenário de estabilidade e à consistência da política fiscal, que não resistiriam a medidas destinadas a diminuir a pobreza.

Não estou afirmando que os contrastes sociais são consequência inevitável do ajuste fiscal e da austerdade monetária, os quais, portanto, deveriam ser relaxados. Mas, sim, que não se justifica adiar o combate às profundas diferenças entre

os padrões de vida das classes extremas.

Por outro lado, embora a batalha por finanças públicas equilibradas devesse ser uma tarefa de toda a sociedade e proporcionalmente mais onerosa para os estratos superiores de renda, em realidade vem incidindo com maior intensidade sobre os estratos inferiores, sob a forma de contenção salarial, desemprego, tributos elevados sobre a remuneração ao trabalho e cortes nos gastos em programas sociais.

Por exemplo: o arrocho salarial dos funcionários públicos é um resultado previsível dos ajustes fiscais, visto que não convém almejar melhorias de provento quando se trabalha para um patrão em sérias dificuldades financeiras. Porém, o sacrifício desses funcionários poderia ser menor se as classes de renda superior não se dedicasse com tanto afôco à sonegação tributária. Não há dúvidas de que o processo de saneamento fiscal seria socialmente mais justo e menos recessivo se os contribuintes ricos cumprissem as suas obrigações.

O caso da Argentina é emblemático. Nos últimos quatro anos o governo vem tentando subjugar o déficit público através de uma série de pacotes fiscais endossados pelo FMI. É indiscutível a necessidade desse esforço e do apoio do Fundo. Porém, é questionável a passividade ante o desempenho dos indicadores sociais.

Entre outubro de 1993 e maio de 2001, a taxa de desemprego passou de 6,7% para 16,4%, enquanto no período 1985-92 se encontrava em tor-

no de 6%. Ademais, estima-se em mais de dois milhões o número atual de subocupados, com o que atinge 31% a proporção dos argentinos que têm problemas de emprego.

Na Grande Buenos Aires, o percentual da população abaixo da linha de pobreza atingiu o nível mais alto registrado desde a implantação do Plano de Conversibilidade: em apenas um ano, de maio de 2000 a maio de 2001, passou de 28,9% a 32,7%, ao mesmo tempo que a quantidade de indigentes subiu de 7,5% a 10,3% da população.

Isto não significa que a estabilidade monetária alcançada pela Argentina e a luta pelo equilíbrio fiscal sejam, necessariamente, danosas aos pobres. Durante a época da hiperinflação, 1989 e 1990, a população abaixo da linha de pobreza era maior ainda e representava aproximadamente 40% do total. Significa apenas que a dedicação a esses dois objetivos de política econômica excluiu, inutilmente, o propósito de diminuir as distâncias sociais.

Nas décadas de 50, 60 e 70 era moda dizer que primeiro nossos países necessitavam aumentar o PIB, para só depois pensar em redistribuir renda. Agora o discurso consiste em "primeiro precisamos superar o déficit público e sepultar definitivamente a inflação para depois pensarmos em desconcentrar renda".

A ninguém ocorre encarar a redistribuição como um aliado do equilíbrio fiscal e monetário, da mesma forma como durante as décadas passadas cometeu-se o erro de não utilizar a atenuação dos contrastes sociais como um instrumento de de-

senvolvimento econômico.

Alterar o caráter concentrador da estrutura socioeconômica da maioria de nossos países não constitui um delírio de mentes ingênuas, mas sim um requisito ao desenvolvimento econômico sustentável.

A desigualdade social representa uma fonte de instabilidade tão ou mais importante quanto a inflação. O forte contraste entre ricos e pobres ameaça os interesses dos investidores tanto quanto o *default* da dívida externa ou uma crise do sistema financeiro. A diferença é que os dois últimos criam um pânico agudo e imediato, enquanto a iniquidade social atua de forma endêmica e conspira contra o futuro de uma nação. Portanto, é um fator que também influencia o chamado risco país.

Levando em conta o agravamento do padrão de pobreza em nossos países, negligenciar este tema constitui um tipo de conduta que a História não costuma perdoar. Mas, na maioria das nações latino-americanas, o marco político representa um obstáculo às reformas estruturais que permitiriam o crescimento e a estabilidade fiscal e monetária com redistribuição de renda.

São poucos os membros das lideranças partidárias e empresariais que percebem que os mais desfavorecidos podem assumir alguma modalidade de revolta, não para implantar o socialismo, mas sim para participar adequadamente do capitalismo.

MARCELLO AVERBUG é professor do Departamento de Economia da UFF.